

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 13 - 2021



Fogo cruzado sobre os clássicos: Revisitando cinquenta anos de polémica em torno da categoria totalitarismo (1960-2010)

Henrique Varajidás

Práticas da História, n.º 13 (2021): 187-213

www.praticasdahistoria.pt

Henrique Varajidás

Fogo cruzado sobre os clássicos: Revisitando cinquenta anos de polêmica em torno da categoria totalitarismo (1960-2010)

Procurando indo além da mera contextualização histórica das reflexões acumuladas em torno da categoria do totalitarismo, este artigo pretende reordená-las e reinterpretá-las utilizando uma grelha heurística de natureza eminentemente teórica. O objectivo é explicar como e com que justificação o trabalho dos autores que mais intensamente se debruçaram sobre o assunto nas décadas de 1940 e 1950 passou de nuclear a desconsiderado, entre a década de 1960 e o início do presente século, no seio da área de estudos do totalitarismo. Descobrimos a chave para explicar essa trajetória na natureza da reacção dos neo-apologistas da perspectiva do totalitarismo a três grandes críticas formuladas à categoria nos anos 1960 e 1970.

Palavras-chave: totalitarismo; regime político; Comunismo; Fascismo; Nazismo.

Crossfire over the classics: Revisiting fifty years of polemics on the category of totalitarianism (1960-2010)

By aiming beyond the mere historical contextualization of the accumulated trove of reflections on totalitarianism, this article intends to reorder and reinterpret them using a heuristic grid of an eminently theoretical nature. We aim to explain how and with what justification the authors who most intensely focused on the subject in the 1940s and 1950s went, between the 1960s and the beginning of the present century, from nuclear to neglected within the area of totalitarianism studies. As the key to explaining this trajectory, we pinpoint the nature of the category's neo-apologists' reaction to three major criticisms formulated against it in the 1960s and 1970s.

Keywords: totalitarianism; political regime; Communism; Fascism; Nazism.

Fogo cruzado sobre os clássicos: Revisitando cinquenta anos de polémica em torno da categoria totalitarismo (1960-2010)

Henrique Varajidás*

Introdução

O essencial daquilo que a categoria totalitarismo, conforme desenvolvida logo após a II Guerra Mundial, pretendia captar, acabou por ser desmentido pelo progresso das investigações históricas, que demonstraram que o totalitarismo, tal como concebido pelos clássicos, nunca tinha existido, nem de perto nem de longe, em parte alguma. (...) Em particular depois de sistematizada por Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski, em 1956, a categoria fossilizou numa espécie de esquema politológico de classificação. (...) Como o totalitarismo parecia acabar por requerer sempre “dominação total” desde o topo até às bases, a aspiração totalitária acabou caricaturada como “ânsia de dominação total”. (...) Conotando um sistema político estático e auto-perpetuante, a categoria tornou-se vulnerável em virtude da sua evidente incapacidade para explicar as mudanças no sistema soviético sobrevindas após a morte de Estaline. (...) Pelos anos 90 era já óbvio

* Henrique Varajidás (henrique_varajidas@yahoo.com). Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto; Rua Augusto Rosa, n.º 24, 4000-098 Porto, Portugal. Original article: 31-12-2020. Revised version: 5-6-2020 Accepted: 10-06-2020.

que quaisquer aspectos comuns ligando a União Soviética, a Itália Fascista e a Alemanha Nazi nunca tinham chegado a ser, por causa dos limites da teoria clássica, devidamente compreendidos.¹

Estas palavras, escritas pelo historiador americano David D. Roberts em meados da primeira década do século XXI, dão-nos a exacta medida do desconceito em que tinha caído a chamada “teoria clássica do totalitarismo” por então e até hoje – como atestam, aliás, outros exemplos de protagonistas do ensejo de uma nova vaga de teorização em torno do fenómeno para o século XXI, como Emilio Gentile² ou Michael Geyer³. O propósito deste ensaio consiste em mapear os caminhos por que semelhante diagnóstico emergiu e os fundamentos em torno dos quais cristalizou, no seio da área de estudos do totalitarismo.

Oito décadas de reflexão em torno do tema haviam legado, pela viragem do século, uma literatura tão abundante e plural sobre o assunto que se poderia dizer, sem grande exagero, inesgotável. Perante

1 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “In the aftermath of the Second World War, with the Cold War heating up, intellectuals like Karl Popper, Hannah Arendt, J. L. Talmon, and Albert Camus sought to think big in an effort to devise the sort of framework that seemed necessary to understand the regimes that had emerged from the Great War. (...) The category [totalitarianism] proved problematic, however – most basically because it was used ahistorically. And much of what it seemed to connote in these classic early works seemed to melt away with historical research, which made it clear that totalitarianism, as it had come to be conceived, was not remotely realized anywhere. (...) Especially as systematized in the classic work of Carl J. Friedrich and Zbigniew K. Brzezinski, published in 1956, totalitarianism became a kind of political science classification scheme. Connoting a static system, the category fostered reification. That “totalitarianism requires” x was taken as an explanation for x; the fact that they were totalitarians explains what they did. It was essentially taken for granted that the aim was top-down “total domination”. (...) Insofar as it connoted a self-perpetuating static system, the totalitarianism model was vulnerable with the mellowing of the Soviet system after Stalin’s death in 1953. (...) So [by the 1990s] there seemed to be some common aspects to the three regimes, with common sources that seemed not to have been fully understood, even as there was ever-deeper awareness of the limits of the totalitarian model, based on top-down domination.” David D. Roberts, *The Totalitarian Experiment in Twentieth-century Europe: Understanding the Poverty of Great Politics* (Milton Park: Routledge, 2006), 6-9, 15-17.

2 Emilio Gentile, “Fascism, Totalitarianism and Political Religion: Definitions and Critical Reflections on Criticism of an Interpretation”, in *Fascism, Totalitarianism and Political Religion*, coord. Roger Griffin (Milton Park: Routledge, 2005), 33-34, 58-60.

3 Michael Geyer, Sheila Fitzpatrick, “Introduction: After Totalitarianism – Stalinism and Nazism Compared”, in *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*, coord. Michael Geyer & Sheila Fitzpatrick, 1-40 (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009).

o facto, os principais apologistas da categoria totalitarismo, incluindo os historiadores Abbott Gleason⁴, Hans Maier⁵, e o próprio David D. Roberts⁶, começaram a aventurar-se na respectiva historiografia, arremando invariavelmente esse espólio recorrendo ao princípio organizador da contextualização historicista, que basicamente consiste em, ordenando-os cronologicamente, ler cada autor e texto, numa dimensão comum, à luz das coordenadas e circunstâncias macro-históricas (por exemplo, o quadro comum da Guerra Fria), e, numa dimensão particularista, micro-históricas (por exemplo, a orientação e trajectória político-ideológica individual), circundantes, e deste prisma circunscreventes e até determinantes, da reflexão. Implícita ou explicitamente, o género de abordagem em causa tem implicado sempre a assunção, ou conclusão, segundo a qual a reflexão acumulada em torno do totalitarismo não teria, até muito recentemente, atingido foros de “genuíno” debate teórico, incluindo na acepção de cumulatividade construtiva – na medida em que, como sugerido por Leonard Schapiro⁷ logo pelo início da década de 80, a linguagem de reflexão e o sentido do termo empregados por cada um teriam sido sempre demasiado díspares, demasiado idiossincráticos, demasiado incomunicantes – não valendo a pena, portanto, procurar no amontoado de reflexões interligações ou argumentários de natureza comunal.

O objectivo deste texto é demonstrar a possibilidade e a plausibilidade de uma releitura da história da categoria totalitarismo como genuíno e cumulativo debate teórico, tanto como fim em si mesmo, como enquanto meio auxiliar importante, estamos em crer, para responder à nossa questão de partida.

4 Abbott Gleason, *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1995).

5 Hans Maier, “On the Interpretation of Totalitarian Rule 1919-89”, in *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coord. Hans Maier (Milton Keynes: Routledge).

6 David D. Roberts, *Totalitarianism* (Croydon: Polity Press, 2020).

7 Leonard Schapiro, *Totalitarianism* (Hong Kong: The Macmillan Press, 1981), 13-15, 99-105.

Demonstrando a possibilidade e a plausibilidade de uma linguagem e um sentido comuns para enquadrar a reflexão acumulada em torno do totalitarismo

Dada a proeminência do termo na história do pensamento sobre totalitarismo, e de modo a evitar abordar o totalitarismo como uma “propensão” com referente empírico demasiado difuso e esguio, um bom ponto de partida será uma reflexão lógica sobre o significado do nível explicativo oferecido pela categoria politológica, mais circunscrita, do *regime político*. O que implica recortar e explicar uma dada realidade a partir do nível explicativo do regime político?

Por regime político permita-se-nos entender o *abstracto composto* formado por *uma aspiração original infraestruturante*; por *um processo histórico-político*; e por um *leque de resultados* por aqueles aberto. O raciocínio politológico-ontológico é sequencial. A aspiração original infraestruturante desencadeia um processo histórico-político. Esse processo histórico-político, por sua vez, manifesta-se exteriormente através de um conjunto de sinais, imediatamente observáveis, reveladores do impacto do regime político na sociedade histórica. O desenrolar do processo, por fim, conduz a um leque de resultados tornado possível durante essa trajectória histórica.

Se de uma perspectiva historicista existem tantas aspirações originais infraestruturantes quanto regimes histórico-concretos, um recurso propriamente politológico à categoria do regime político contém implícita uma desvalorização decisiva do valor epistemológico do particularismo enfatizado pelos historicistas. Do prisma politológico, não há tantos regimes políticos quanto aspirações idiossincráticas. Existe, em vez disso, um conjunto muitíssimo limitado de *tipos* de regime político – tipos dos quais todos os regimes histórico-concretos acabam por ser, no nível epistemológico essencial, simples instâncias. Assim, da perspectiva politológica, a quantidade de aspirações originais infraestruturantes possíveis é muitíssimo limitada – ainda que os *vernizes superestruturais* em que se concentram os historicistas possam ser, sim, potencialmente infinitos. Esses vernizes superestruturais, desta óptica, então, mais não fazem que colorir, mesmo que com infindáveis varia-

ções de tonalidade, *o mesmo fenómeno*. A sobre-concentração historicista nessas variações, do prisma politológico, mergulha o investigador na *ilusão* de uma particularidade irreduzível, desviando-o da análise comparativa, epistemicamente mais produtiva, sugerida pelo nível explicativo do regime político.

A pergunta que se tem que seguir é: como delimitar *tipos* de regime político? O que permite aglomerar regimes histórico-concretos à superfície, incluindo nas reivindicações ostensivas dos protagonistas, muito diferentes, numa categoria típica de regime político? Está em causa, do nosso ponto de vista, uma substância comum contida pela tal aspiração original infraestruturante. Assim, existem tantos *tipos* de regime político quanto aspirações originais infraestruturantes possíveis. Significa isto que o *essencial* de cada processo histórico-político histórico-concreto, e em especial o leque de resultados possíveis, se encontra *pré-determinado* pela aspiração original infraestruturante, que os contém constitutivamente.

Adaptemos agora a nossa definição inicial de regime político ao problema do *tipo* de regime político. Um *tipo* de regime político, então, é o substracto compósito formado por um processo histórico-político *prototípico*, desencadeado, a montante, por uma aspiração original infraestruturante *prototípica*, e conducente, a jusante, a um leque de resultados *prototípico*.

Como podemos orientar-nos por entre a complexidade infinita do mundo empírico recorrendo ao nível explicativo do tipo de regime político? A ordem de compreensão é a seguinte: primeiro, um candidato histórico-concreto potencial a um tipo de regime político é identificado pela presença de um conjunto típico de sinais exteriores; depois, aplica-se e testa-se nesse caso particular uma *teoria geral* desse tipo de regime – que pode ou não revelar-se apropriada como explicação do material empírico contido no caso.

Em que consiste, enfim, uma *teoria geral de um tipo de regime político*? Em termos genéricos, consiste na explicitação da aspiração original infraestruturante que permite reunir nessa categoria aglutina-

dora vários regimes histórico-concretos; e na demonstração do impacto causal dessa aspiração original na estruturação de um processo histórico-político análogo entre casos, isto é, marcado por manifestações exteriores semelhantes e conducente ao mesmo leque limitado de resultados. Finalizando, no caso do tipo totalitário de regime político, teorizar sobre esse objecto de estudo significa investigar e emitir juízos sobre: primeiro, o conjunto de “sinais exteriores” que permitiria sinalizar um potencial regime totalitário por entre a complexidade infinita do mundo empírico (*corpo descritivo primário*); segundo, a natureza da aspiração totalitária (*corpo analítico primário*); terceiro, o processo causal (incluindo os mecanismos causais concretos) conducente da aspiração totalitária ao leque de possibilidades prototipicamente totalitário (*corpo analítico secundário*); e, quarto, as possibilidades e probabilidades de variação, e evolução diferenciada, entre casos de totalitarismo (*corpo descritivo secundário*).

Uma vez visto deste ponto de vista, todo o autor que se debruce sobre qualquer uma destas dimensões de teorização, independentemente da sua intenção ostensiva, estará a contribuir para um debate teórico intrinsecamente cumulativo e construtivo sobre o totalitarismo.

Utilizando a grelha heurística desenvolvida acima, e complementando-a com uma dose não despidianda, mas desta feita não exclusiva, de contextualização histórica, podemos arrumar a literatura acumulada em torno do fenómeno do totalitarismo ao longo de balizas e categorias que colocam a ênfase numa dimensão comunal, isto é, de conversa comum, em vez de individual, ou seja, de pronunciamentos incomunicantes, que logicamente inexistiria se não estivesse em causa, ou se não pudesse ter estado em causa, um processo cumulativo de teorização. Ora, vejamos.

Entre o final dos anos 10 e o final dos anos 30 (do século XX), um grupo de *pioneiros* do estudo do totalitarismo começou por chamar a atenção para um conjunto interligado de sinais exteriores alegadamente permitentes da aglomeração preliminar de pelo menos três casos – o da União Soviética, o da Itália Fascista e o da Alemanha Nazi –, como instâncias de um “novo tipo de regime político” – o tipo totalitário

de regime político. A constelação de sinais de potencial totalitarismo observada e registada por intelectuais inovadores como Giovanni Amendola, Luigi Sturzo, Waldemar Gurian, Paul Tillich ou Kazimierz Zakrzewski sublinhava (como sublinhariam todos os pronunciamentos subsequentes) uma antinomia fundamental *vis-à-vis* o tipo de regime político que poderíamos dizer demoliberal: no tipo de regime totalitário, em vez de um projecto histórico-político ostensivamente norteado pelo ideal, indissociável da auto-imposição de meios e mecanismos de divisão e limitação do alcance do poder político, do usufruto tendencialmente universal de direitos subjectivos inalienáveis, teríamos como força motriz e *telos* um projecto histórico-político ostensivamente guiado por uma ideologia ao serviço de cuja concretização, ou alegada concretização, exigente de uma concentração e extensão máximos do alcance do poder, (tudo e) todos seriam, independentemente das suas ideias, dos seus interesses e das suas agendas particulares, incondicionalmente mobilizáveis⁸.

8 Sobre o contexto e os termos do contributo dos pioneiros: Gleason, *Totalitarianism*, 13-50; Marcello Flores, "History and Memory: The Perception of Totalitarianism in Italy in a Comparative Perspective", in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza, Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006), 70-79; Hans Maier, "Concepts for the Comparison of Dictatorships: 'Totalitarianism' and 'Political Religions'", in *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coord. Hans Maier (Milton Keynes, Routledge, 2004); Hans Maier, "On the Interpretation of Totalitarian Rule 1919-89"; Hella Mandt, "The Classical Understanding: Tyranny and Despotism", in *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coord. Hans Maier (Milton Keynes: Routledge, 2007); Hans Otto Seitschenk, "The Interpretation of Totalitarianism as Religion," in *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coord. Hans Maier (Milton Keynes: Routledge, 2007). Sobre a extraordinária resiliência do enquadramento básico formulado pelos pioneiros, atente-se nas descrições de regime totalitário esboçadas por: Sigmund Neumann, *Permanent Revolution: Totalitarianism in the Age of International Civil War* (Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1965 [1942]), 36-43; Friedrich Hayek, *The Road to Serfdom* (Chicago: The University of Chicago Press, 1994 [1944]), 148-167; Carl J. Friedrich e Zbigniew Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1961 [1956]), 3-13; Schapiro, *Totalitarianism*, 18-63; Juan J. Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes: With a Major New Introduction* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000 [1975]), 65-75; Gleason, *Totalitarianism*, 9-11; Hubert Izdebski, "Poland After 1945 and After 1989: Problems of Law Making," in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006), 438-439; Maier, "Concepts for the Comparison of Dictatorships", 199-215; Tzvetan Todorov, "The Uses and Abuses of Comparison", in *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coord. Helmut Dubiel e Gabriel Motzkin (Milton Park: Routledge, 2004), 30.

Em seguida, entre o final dos anos 30 e o final dos anos 50, um conjunto de *clássicos* do estudo do totalitarismo reivindicou o acrescento de corpos analíticos primário e secundário ao já relativamente estabilizado corpo descritivo primário legado pelos pioneiros – em concreto, concentrando baterias na investigação das aspirações, dinâmicas e resultados, respectivamente, na origem, no desenrolar e no culminar das trajectórias histórico-políticas de regimes totalitários⁹.

As décadas de 60 e 70, entretanto, foram marcadas por uma rebelião contra o que por então se tinha tornado uma área de estudos militantemente anti-totalitária, dando origem a um conjunto de críticas à integridade e validade dos corpos analíticos propostos pelos clássicos – críticas orientadas, em todo o caso, por um grau de preocupação sem precedentes com o corpo descritivo secundário da teoria do totalitarismo, isto é, no caso, com o peso e o significado de supostas diferenças radicais entre regimes ditos totalitários de Esquerda e Direita. Essas críticas e esses *críticos* encontraram entre respostas e ecos, reverberantes pelas décadas subsequentes, nas sucessivas gerações de *neo-apologistas* da categoria do totalitarismo que, professando a intenção de impedir que, perdoe-se-nos a expressão, “se deitasse fora o bebé (da categoria

9 Sobre o contexto da erupção da literatura clássica sobre o totalitarismo: Ulrike Ackermann, “Totalitarian Attempts, Anti-Totalitarian Networks: Thoughts on the Taboo of Comparison”, in *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coord. Helmut Dubiel & Gabriel Motzkin (Milton Park: Routledge, 2004); Ruth Ben-Ghiat, “A Lesser Evil?”, in *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coord. Helmut Dubiel & Gabriel Motzkin (Milton Park: Routledge, 2004); Richard Bosworth, *The Italian Dictatorship: Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism* (Londres: Arnold, 1998), 12-36, 52-57, 154-204; Jane Caplan, “Introduction”, in *Nazi Germany*, coord. Jane Caplan (Oxford: Oxford University Press, 2008), 1-7; Richard J. Crampton, *The Balkans Since the Second World War* (Harlow: Longman, 2002), 3-10; Norbert Frei, “From Policy to Memory: How the Federal Republic of Germany Dealt With the Nazi Legacy”, in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006); François Furet, “Such is the Melancholy Backdrop of This Century’s End”, in *Fascism & Communism*, coord. François Furet, Ernst Nolte (Lincoln: University of Nebraska Press, 2004), 81-86; Gleason, *Totalitarianism*, 51-142; Ian Kershaw, *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation* (Londres: Edward Arnold, 1994), 5-7; Robert G. Moeller, “The Third Reich in Post-war German Memory”, in *Nazi Germany*, coord. Jane Caplan (Oxford: Oxford University Press, 2008); Norman Naimark, “The Sovietization of Eastern Europe, 1944-1953”, in *The Cambridge History of the Cold War: Volume I: Origins*, coord. Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010); Olivier Wieviorka, “The Strange Paradox: Vichy After Vichy”, in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006).

totalitarismo) com a água do banho (crítico)”, se ergueram para com eles lidar.¹⁰

É sobre os termos e os “resultados” do último frente-a-frente, marcante das décadas de 60 a 80, que em seguida, porque indispensável à compreensão da interpretação dominante sobre o estado da arte da teoria do totalitarismo pré-noventista cujas origens e justificação pretendemos compreender, continuando a servir-nos da grelha epistémica que oportunamente desenvolvemos, discorreremos.

Revisitando cinquenta anos de polémica em torno da categoria totalitarismo

Conforme supra-aludido, entre os anos 60 e a primeira década do século XXI, sem dúvida sob o impulso de uma série variada de agendas político-ideológicas e científico-metodológicas historicamente situáveis, foram crescendo incessantemente em popularidade, perante um misto de rebates tímidos e aceitação embaraçada por parte de geração atrás de geração de neo-apologistas, três grandes críticas ao esforço de teorização reivindicado pelos clássicos. De acordo com essas críticas, em resumo, os clássicos tinham-se deixado amarrar, de um prisma político-ideológico, ao mais primário, e portanto, anti-científico, dos anti-comunismos; e, de uma perspectiva científico-metodológica, a uma inépcia definidora para estudar e entender comunidades políticas, como a soviética, a italiana e a alemã, complexas e em mudança.

De acordo com a primeira grande crítica, expressa na sua forma mais lapidar por três autores militantemente anti-fascistas, a saber, o politólogo alemão Christian Ludz¹¹, o historiador alemão Hans Mommsen¹², e o

10 Para uma panorâmica dos contextos norte-americano e europeu que constituíram pano de fundo político-cultural para as críticas e reacções a partir dos anos 60, consultar: Ackermann, “Totalitarian Attempts, Anti-totalitarian Networks”; Gleason, *Totalitarianism*, 121-166.

11 Gleason, *Totalitarianism*, 160-162.

12 Hans Mommsen, “The Concept of Totalitarian Dictatorship vs. the Comparative Theory of Fascism: The Case of National Socialism”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981); Hans Mommsen, “Accomplishments and Limitations of the Totalitarianism Theory: Applicability to the National Socialism Dictatorship”, in *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coord. Hans Maier (Milton Keynes, Routledge, 2004).

político polaco Alexander Groth¹³, mau grado a pertinência do esforço taxonómico preliminar dos pioneiros, a perspectiva do totalitarismo tinha-se transformado irremediavelmente, pela mão dos clássicos, numa arma de arremesso político-ideológica mascarada de teoria política. Mais precisamente, estes críticos pretendiam que a categoria totalitarismo, sob o signo, por um lado, de uma falsa mas conveniente equivalência entre o “desvio fascizante” estalinista e as aspirações bolcheviques originais, e, por outro, do histerismo anti-comunista típico da primeira fase da Guerra Fria, se tinha tornado sinónima de uma propensão auto-descredibilizante para rebaixar a “aspiração essencialmente moderna, libertadora e humanista” do Comunismo ao nível da “aspiração intrinsecamente reaccionária, escravizadora e desumana”, ao contrário da primeira condenada a alimentar tentativas patológicas e irracionais de “dominação total”, do “Fascismo” (numa acepção alargada até englobar, no mínimo, a Itália Fascista e a Alemanha Nazi, e no limite, até a União Soviética sob Josef Estaline, reinterpretado como “perversor”, em vez de aspirante a implementador, do projecto comunista)¹⁴.

As seguintes palavras, da autoria de Hans Mommsen, são assaz representativas do teor desta crítica:

A imagem da República de Weimar como um regime democrático esmagado por dois movimentos totalitários, desde o final dos anos 40 muito convenientemente perfilhada pelas elites conservadoras, espelha a instrumentalização apologética assumida pela teoria do totalitarismo no quadro da luta política do período da Guerra Fria. Ao acentuar em demasia as características e tácticas maquiavélicas, manipulativas e terroristas do movimento e do regime nazis, esta teoria permite

13 Alexander J. Groth, “The ‘isms’ in Totalitarianism”, *The American Political Science Review* 58, n.º 4 (1964): 888-901.

14 Para uma panorâmica abrangente da primeira grande crítica, ver: Stephen F. Cohen, “Bolshevism and Stalinism”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981), 59-65; Gleason, *Totalitarianism*, 160-166; Kershaw, *The Nazi Dictatorship*, 31; Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, 129-130; Schapiro, *Totalitarianism*, 105-112; Robert C. Tucker, “Stalinism and Comparative Communism,” in *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, coord. Robert C. Tucker (Nova Iorque: W. W. Norton, 1977), xi-xiii.

arredar para pano de fundo a responsabilidade política dessas elites políticas, bem como das elites funcionais na indústria, na administração e no Exército, pela ascensão e consolidação do Nazismo durante e após 1933. (...) Além disso, ao focar-se na utilização de meios tecnológicos calculados para manipular e aterrorizar a população, a teoria do totalitarismo perde de vista o essencial: o facto de isso ter sido feito, na instância nazi, em nome de nenhum programa histórico-político substancial; e, na instância comunista, em nome de um programa histórico-político substancial, no caso radicalmente igualitário e anti-capitalista (independentemente do grau de materialização desse projecto). (...) Mau grado todos os juízos políticos que se possam fazer sobre os sistemas comunistas, o programa histórico-político comunista sempre reteve o seu núcleo duro racional intrinsecamente positivo, ao serviço do desenvolvimento político e da justiça social.¹⁵

Após um assomo de defesa intransigente da categoria por autores tardo-clássicos como os historiadores alemães Karl Bracher¹⁶ e Ernst Nolte¹⁷, a reacção que de facto vingou entre os neo-apologistas,

15 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “The image, prevalent for many years, of the democratic Weimar Republic as crushed simultaneously by two totalitarian movements mirrors the apologetic character assumed by the theory of totalitarianism during the period of the Cold War in regard to the politics of conservative elites. By accentuating too much the Machiavellian and manipulative aspects of the National Socialist movement and regime and its terrorist tactics in seizing power, the political responsibility of the conservative alliance partners of 1933, as well as that of the power elites industry, administration, and army who continued to fulfil important functions within the regime, is pushed into the background. (...) Moreover, the utilization of technologic means to manipulate the masses and to render potential and actual terror effective, on which such attempts at definition focus, cannot be regarded as revolutionary. For it makes a principal difference whether this is done, as in the case of the Nazis in the absence of any substantial social concept or, as in the Communist case, for the sake of a radical egalitarian and anticapitalist concept (failure to reach intended objectives notwithstanding). This difference becomes quite clear if one checks the capacity of system stabilization, which no one will deny to Communist systems. All considerations of political power and bureaucratic deformations notwithstanding, the Communist program retains a rational core serving positive political development and social justice”. Mommsen, “The Concept of Totalitarian Dictatorship vs. the Comparative Theory of Fascism”, 151, 155-165.

16 Karl Dietrich Bracher, “Terrorism and Totalitarianism”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981).

17 Ernst Nolte, “Despotism – totalitarianism – freedom-oriented society”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981).

inaugurada pelo filósofo francês Raymond Aron¹⁸ e depois repetida *ad nauseam* até assumir hoje, como atestam os escritos do filósofo búlgaro Tzvetan Todorov¹⁹ ou do historiador polaco Jerzy Borejsza²⁰, ares de imperativo auto-evidente, assumiu a forma da assunção do dever de elaborar “balanços distanciados” sobre o “conceito”, isto é, de acrescentar à literatura reflexiva já existente o justo reconhecimento e a devida valorização de “diferenças fundamentais” entre o Comunismo e o “Fascismo” que, em virtude da respectiva “contaminação” pelas “paixões da fase mais quente da Guerra Fria”, teriam estado ausentes, não, como pretendido pelos críticos, da perspectiva do totalitarismo *tout court* (conforme atestável pelo exemplo dos pioneiros), mas do trabalho político-ideologicamente inquinado dos clássicos²¹.

O trecho que se segue, assinado por Raymond Aron, parece-nos sumamente ilustrativo da postura em causa:

As semelhanças são demasiado flagrantes para serem descartadas como simples acidentes. Por outro lado, as diferenças nas fontes de inspiração, nas ideias e nos objectivos são demasiado vincadas para que possamos continuar a assumir sem reservas um parentesco fundamental. (...) O objectivo do terror soviético sempre foi criar uma sociedade completamente conforme a um ideal, enquanto no caso nazi o objectivo sempre foi o extermínio puro e simples. E é por isso que devemos assumir que a diferença entre os dois regimes constitui o essencial, mau grado as eventuais semelhanças²².

18 Raymond Aron, *Democracy and Totalitarianism* (Londres: Widenfeld and Nicolson, 1968), 154-161, 192-204.

19 Todorov, “The Uses and Abuses of Comparison”, 25-34.

20 Jerzy Borejsza, “Italian Fascism, Nazism and Stalinism: Three Forms of Totalitarianism from a Twenty-first-century Perspective”, in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006).

21 Ver, por exemplo: Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, 116, 121-123; Roberts, *The Totalitarian Experiment in Twentieth-century Europe*, 1-45; Schapiro, *Totalitarianism*, 105-125.

22 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “The similarities are far too striking to be treated simply as accidents. On the other hand, the differences inspiration, ideas, goals are too marked for one to admit without reservation the essential kinship of the two regimes. (...) The

A fazer fé na segunda grande crítica ao trabalho dos clássicos, propagada com especial vigor pelas gerações sessentista, setentista e oitentista de historiadores sociais, e mais tarde culturais, especializados na União Soviética, na Itália Fascista e na Alemanha Nazi, com destaque para Moshe Lewin²³ e Sheila Fitzpatrick²⁴, Richard Bosworth²⁵, e William Allen²⁶ e Martin Broszat²⁷, o construto “politológico” legado pelos clássicos, caracterizados como prisioneiros das convenções obsoletas da História Política, veiculava uma “abstracção” inferida das aspirações e intenções dos “poderosos”, e insensível aos resultados realmente atingidos no terreno pela respectiva acção política. O que havia a captar, segundo os críticos, era precisamente aquilo que a categoria totalitarismo, porque constitutivamente focada naqueles “no topo”, nunca poderia abarcar no respectivo raio de alcance epistémico: as sínteses dialécticas resultantes, em cada um dos casos sob análise, do confronto entre as novas húbri dos (pseudo-)totalitários e as vetustas e firmes estruturas sócio-historicamente entrincheiradas. No fundo, no alvitre interpretativo destes críticos, a categoria totalitarismo era inextricável de uma caricatura grosseira: a imagem de uma sociedade “totalmente” terraplanada, reconstruída e dominada ao sabor dos caprichos de ditadores omnipresentes, omniscientes e omnipotentes²⁸.

aim of Soviet terror is to create a society which conforms completely to an ideal, while in the Nazi case, the aim was pure and simple extermination. This is why, passing from history to ideology, it can be taken as a starting point that between these two phenomena the difference is essential, no matter what similarities there may be”. Aron, *Democracy and Totalitarianism*, 198, 203.

23 Moshe Lewin, “Grappling With Stalinism,” in *Stalinism*, coord. David L. Hoffmann (Oxford: Blackwell Publishing, 2003).

24 Sheila Fitzpatrick, “Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times”, in *Stalinism*, coord. David L. Hoffmann (Oxford: Blackwell Publishing, 2003).

25 Bosworth, *The Italian Dictatorship*, 105-179.

26 William S. Allen, “Totalitarianism: The Concept and the Reality”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981).

27 Kershaw, *The Nazi Dictatorship*, 157-160.

28 Para uma panorâmica abrangente desta segunda grande crítica, ver: Bosworth, *The Italian dictatorship*, 31-32, 231-238; Gleason, *Totalitarianism*, 163-166; David L. Hoffmann, “Introduction”, in *Stalinism*, coord. David L. Hoffmann (Oxford: Blackwell Publishing, 2003), 3-6; Kershaw, *The Nazi Dictatorship*, 131-179; David L. Hoffmann, “Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Editor’s Introduction”, in *Stalinism*, coord. David L. Hoffmann (Oxford: Blackwell Publishing, 2003), 162-163; Roberts, *The Totalitarian Experiment in Twentieth-century Europe*, 10-17; Mommsen, “Accomplishments and Limitations of the Totalitarianism Theory”; Wolfgang Schieder, “The Historian’s Approach to Germany’s National Socialist Past”,

Atente-se nas paradigmáticas palavras de William Allen que em seguida transcrevemos:

Originalmente, o termo “totalitário” não era um conceito desenvolvido por qualquer teórico, mas uma reivindicação de um ditador. Mussolini inventou o termo para descrever o seu regime e o distinguir dos outros. Só que os teóricos do “totalitarismo” nunca acharam que a Itália Fascista constituísse um exemplo adequado de um regime “totalitário”, recusando-se a colocá-la no mesmo patamar da Alemanha de Hitler ou da Rússia de Estaline. (...) Da óptica desses teóricos, a reivindicação de Mussolini descrevia com precisão, não o que tinha sido conseguido sob o seu próprio regime, mas o que tinha sido conseguido sob esses dois regimes: controlo total sobre os indivíduos em todas as suas acções. (...) Assim, o argumento fundamental dos teóricos do “totalitarismo” era que os regimes totalitários tinham conseguido concretizar, na prática, esse género de reivindicação, isto é, que os indivíduos vivendo sob os seus auspícios tinham estado de facto totalmente à mercê de um ditador dotado de poder virtualmente absoluto e incondicional (em termos domésticos). (...) Este argumento teórico extremo, porém, pode ser desmentido pelo estudo da realidade dos eventos. (...) No caso da Alemanha, por exemplo, os nazis tentaram mesmo controlar todos os aspectos da vida dos indivíduos sob a sua jurisdição – só que os seus esforços falharam²⁹.

in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006).

29 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “Originally the term totalitarian was not a concept developed by some theoretician but the boast of a dictator. Mussolini coined the term to describe his regime and to distinguish it from others... [but] Mussolini’s Fascist Italy was never thought by the subsequent theoreticians of “totalitarianism” to be an adequate example of what they meant, barely in the same league with Hitler’s Germany or Stalin’s Russia. (...) In these two systems the word totalitarian was thought to describe accurately what Mussolini had boasted but never achieved: total control over the individual in all his actions. Furthermore, “totalitarian” systems were said to have their own inevitable inner dynamic. They would grow progressively more expansionist, more terroristic, more domineering over the individual personalities of their

A reacção dos neo-apologistas que mais se debruçaram sobre esta crítica, com enorme destaque para o sociólogo hispano-alemão Juan Linz³⁰ e o politólogo americano James Gregor³¹, teve, uma vez mais, e mais uma vez, cunho essencialmente defensivo. O reparo em causa seria inteiramente válido, na medida em que os clássicos teriam mesmo concentrado baterias numa modelação genérica da relação entre governo e ideologia nos casos considerados; mas não inteiramente justo, atendendo a que, enquanto construto indexado a uma Ciência Social não-histórica, a Ciência Política, a teoria do totalitarismo teria que aguardar a mão das Ciências Históricas antes de se aventurar no tipo de descida na escala de abstracção, em direcção a um patamar infra-político que nunca teria sido sua pretensão invadir, antes de poder evoluir para algo mais que um “tipo ideal formal” – isto é, para algo mais que o corpo descritivo primário que afinal, apesar do ensejo clássico em dotar a teoria do totalitarismo de corpos analíticos, nunca teria, dadas as limitações científico-metodológicas intrínsecas à própria disciplina politológica, podido deixar de ser³².

O excerto que se segue, assinado pela pena de James Gregor, dá-nos a exacta medida da natureza desta reacção:

Logicamente falando, tratava-se de um esforço pré-teórico de tipologização ou categorização – não de explicação. Esse esforço legou-nos um conjunto de atributos que nos permite classificar fenómenos políticos como “totalitários” ou “não totalitários”, de modo não rigoroso, mas su-

subjects. (...) But the chief point of the “totalitarianism” theorists was that such systems succeeded in carrying out their claims. The individual living under such a system was totally at mercy of the dictator, while the latter was subject to virtually no restraints from within. (...) This extreme, theoretical claim regarding the nature of “totalitarianism” is refuted by the reality of events. (...) [In the case of Germany,] the Nazis did try to control all aspects of human life within the Third Reich, but their efforts failed”. Allen, “Totalitarianism,” 98-99, 102, 106.

30 Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, 50-57, 160, 181, 263.

31 A. James Gregor, “‘Totalitarianism’ Revisited”, in *Totalitarianism Reconsidered*, coord. Ernest A. Menze (Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981).

32 As reacções típicas dos neo-apologistas à segunda grande crítica podem ser perfeitamente compreendidas com recurso às fontes citadas nas últimas duas notas.

ficientemente plausível. (...) Não existem ainda, e para já, “teorias” ou “modelos” de “totalitarismo”, mas tão-só um conceito em construção, ainda vago e indeterminado, que nos permite, para já, irmo-nos orientando pela riqueza da experiência empírica. (...) Desenvolver verdadeiras teorias empíricas do totalitarismo, isto é, teorias que nos forneçam generalizações sólidas sobre aspectos fundamentais do fenómeno...implicará um esforço de colaboração, inteiramente por fazer, entre cientistas políticos e sociais, por um lado, e, por outro, historiadores³³.

A terceira e última grande crítica, para cuja elaboração e difusão muito contribuíram, num momento inicial, Hans Mommsen³⁴ e Alexander Groth³⁵, e numa fase posterior, cientistas sociais especializados no caso soviético como Gordon Skilling³⁶, Jerry Hough³⁷ ou Thomas H. Rigby³⁸, para além de, indirectamente, aqueles historiadores do Nazismo

33 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “What such a “descriptive theory” or “model” [Friedrich and Brzezinski’s] was clearly not intended to achieve was explanation. (...) Logically (but not necessarily chronologically) speaking, what we have is a pretheoretical effort at typologizing or categorizing. We have an incomplete set of attributes that provide prima facie, nonrigorous, but plausible, criteria for admission in the class “totalitarian”, and a first, and admittedly modest, attempt to generate a taxonomic schema. (...) In treating “totalitarianism” we are not dealing with “theories” or “models” but with a problem in concept formation: employing a set of linguistic strategies designed to begin to sort some relatively stable constants out of the wealth of experience. Concept formation, in fact, begins characteristically with “initial vagueness” and is subject to “consequent frequent redefinition”. (...) We have, in effect, no “general empirical theory” or “model” of totalitarianism. What we have is a preliminary criterial definition of a political construct composed of an indeterminate set of vaguely defined traits. (...) Most commentators agree that “totalitarianism” is a heuristic construct, an “ideal type” that suggests something about the empirical reality of some loosely characterized class of political systems. (...) We need, in effect, rigorously formulated empirical theories that begin to provide defensible generalizations about some of the issues central to the problems suggested by the preliminary conceptual schema. (...) A collaborative effort of historians, empirically oriented analysts, and generalizing social scientists is required if we are ever to lift our comprehension of totalitarianism above the level of commonplaces and ordinary language interpretation”. Gregor, “‘Totalitarianism’ Revisited”, 131-144.

34 Mommsen, “The Concept of Totalitarian Dictatorship vs. the Comparative Theory of Fascism”.

35 Groth, “The ‘isms’ in Totalitarianism”.

36 Gleason, *Totalitarianism*, 134-137

37 Gleason, *Totalitarianism*, 136-137.

38 Thomas H. Rigby, “Stalinism and the Mono-organizational Society”, in *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, coord. Robert C. Tucker (Nova Iorque: W. W. Norton, 1977).

que negavam “modernidade” (e por isso “futuro”) a esse regime, pretendia que os clássicos nunca tinham sido capazes de teorizar os regimes totalitários como processos causais. Em vez disso, ter-se-iam limitado, no que à dimensão analítica concerne, a descrever câmaras de ressonância, estáticas, ecoando uma aspiração original, uma vez erguida em *telos* de governação, e salvo intervenção externa, fadada a reproduzir, até a fortalecer, um *status quo* (totalitário) congelado no tempo. Uma outra ferramenta epistémica, inteiramente diversa, seria, segundo estes críticos, indispensável à compreensão das dinâmicas inscritas nos casos histórico-concretos em causa: a teoria da modernização – uma novidade científico-metodológica sessentista postulando um macro-processo no decurso do qual todas as comunidades políticas, sob uma pressão infraestruturante e inexorável para abraçar as formas e conteúdos do “progresso” económico e social, deviriam arenas de negociação, de modo algum confundíveis com arenas de dominação unilateral, entre interesses e agendas plurais. Só esse construto intelectual, continuavam os críticos, era capaz de explicar por que razão o regime soviético tinha retido e podido actualizar o seu potencial de evolução “no sentido certo da História”, emergindo como potência apta a incubar “reformas liberalizantes e democratizantes” após a II Guerra Mundial; enquanto os regimes “fascistas” italiano e alemão tinham colapsado. Em causa estaria, concretamente, a radicação umbilical do regime soviético num programa de transformação económico-social afinado com o sentido do “progresso”. Muito pelo contrário, os regimes “fascistas” teriam estado sempre embebidos de ideias e *praxes* atávicas, orientadas para um tipo obsoleto de dominação do homem pelo homem que o curso da História teria condenado ao seu “caixote do lixo”³⁹.

39 Para uma panorâmica abrangente desta crítica, convindo precisar que entre os historiadores do Nazismo mencionados se contavam, por exemplo, Henry Turner Jr., Horst Matzerath ou Heinrich Volkmann, consultar: Aron, *Democracy and Totalitarianism*, 217-229; Gleason, *Totalitarianism*, 131-137; Groth, “The ‘isms’ in Totalitarianism,” 888-901; Kershaw, *The Nazi Dictatorship*, 131-149; Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, 245-261; John Lukacs, *The Hitler of History* (Nova Iorque: Vintage Books, 1998), 76-112; Mommsen, “The Concept of Totalitarian Dictatorship vs. the Comparative Theory of Fascism”; Roberts, *The Totalitarian Experiment in Twentieth-century Europe*, 31-36, 214-218; Schapiro, *Totalitarianism*, 107-118; Tucker, “Stalinism and Comparative Communism”; Rainer Zitelmann, *Hitler: The Policies of Seduction* (Londres: Londres House), 17-24.

Uma boa medida desta crítica é-nos dada pela citação abaixo, da autoria do politólogo polaco Alexander Groth:

Se o “Fascismo” ou o “Nazismo” não podem alterar os fundamentos da estrutura social que governam, se não os podem refazer à sua imagem, então não têm alternativa ao seguinte ciclo: crise grave – perturbações severas – insegurança do regime – e aumento do recurso à violência e repressão ou capitulação. Se o “Comunismo” pode alterar, como na União Soviética alterou, os fundamentos da estrutura social que governa, se os pode reorientar à sua imagem, poderá acabar por dispensar o recurso a ferramentas políticas violentas; e passar a governar, mesmo em períodos de crise, através de meios mais subtis, mais próximos da persuasão do que da repressão (...) O tempo e a guerra encurtaram historicamente a existência dos regimes ditos totalitários da Itália e da Alemanha, pelo que hoje não podemos comparar décadas de desenvolvimento para cada um dos três “ismos”. Teriam esses dois últimos Estados continuado a evoluir numa direcção mais ou menos “total”? Teriam esses dois últimos Estados continuado a evoluir numa direcção mais ou menos convergente em relação ao Estado soviético “maduro”? A abordagem do totalitarismo sugere necessariamente que as três ditaduras, supostamente locomovidas pela mesma sede comum, insaciável, por mais poder, teriam continuado a evoluir na mesma direcção. (...) Ora, na verdade, as semelhanças “totalitárias” entre a Itália Fascista, a Alemanha Nazi e a Rússia Soviética nunca foram tão significativas a ponto de permitirem formular previsões de evolução baseadas em qualquer padrão comum. (...) O construto intelectual do “totalitarismo” sempre foi demasiado estático, limitado e insensível às dinâmicas de fundo para fundamentar quaisquer previsões de desenvolvimento futuro (incluindo em relação ao totalitarismo soviético sobrevivente)⁴⁰.

40 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “If “Fascism” or “Nazism” does not basically change the social structure over which it rules, if it does not remake it in a common image, then indeed it has no alternative to the cycle: serious crisis – unrest – insecurity of the regi-

A reacção dos neo-apologistas a esta crítica, que absorveu uma enorme dose dos esforços de contra-teorização desde os anos 70, só pode ser descrita como capitulação. Da óptica dos seus principais porta-vozes, entre os quais Juan Linz⁴¹ e os historiadores ou politólogos americanos ou alemães Michael Walzer⁴², Richard Löwenthal⁴³, Christoph Boyer⁴⁴ ou Karl Ballestrem⁴⁵, o labor teórico de reconstrução dos mecanismos causais conducentes da aspiração totalitária ao leque de resultados totalitário – leque que, à luz das evidências aduzidas pelos críticos, não poderia deixar de incorporar uma desrinça fundamental entre o horizonte de longo prazo comunista e a auto-destruição rápida “fascista” –, estava quase inteiramente por fazer, cabendo aos próprios, neo-apologistas pós-setentistas, a dupla tarefa de dotar a reflexão sobre o totalitarismo de um “verdadeiro corpo analítico secundário”, a centrar nos mecanismos de auto-degaste tidos por constitutivamente embutidos nos regimes totalitários, e de um “verdadeiro corpo descritivo secundário”, a focar na possibilidade, alegadamente nunca contemplada

me – increased use of violence and repression – or capitulation. If “Communism” does change the underlying social structure and the direction of a desired homogeneity, it may in time dispense with the political tool of mass violence, and, even in periods of crisis, rule with the use of subtler methods, closer to persuasion than to physical compulsion. (...) Time and war cut short the existence of the totalitarian regimes of Italy and Germany, so that today we could not compare some forty-odd years of development for all three “isms”. Would the Nazi and Fascist States have grown more or less “total” had they survived? Would they have tended to approximate more closely or diverge more widely from the older, more “mature” Soviet totalitarianism? The unitotalitarian approach necessarily suggests that, driven by the common pursuit of power, all three dictatorships were in fact proceeding in the same direction. (...) In any event, the “totalitarian” similarities among Fascist Italy, Nazi Germany and Soviet Russia have not been such as to warrant predictions of the future development of each from a pattern common to all. (...). The entire construct is too static, narrow and substructurally insensitive to support significant predictions on the future of the presently surviving totalitarian regimes.” Groth, “The ‘isms’ in Totalitarianism”, 888-889, 894-901.

41 Linz, *Totalitarian and Authoritarian regimes*, 5-7, 114-116, 240-261.

42 Michael Walzer, “Totalitarianism and Tyranny”, in *Totalitarian Democracy and After*, coord. Yehoshua Arieli & Nathan Rotenstreich (Londres: Frank Cass Publishers, 2002).

43 Richard Löwenthal, “Totalitarianism and after in communist party regimes”, in *Totalitarian Democracy and After*, coord. Yehoshua Arieli & Nathan Rotenstreich (Londres: Frank Cass Publishers, 2002).

44 Cristoph Boyer, “Stabilisation of Power through Social and Consumer Policy in the GDR”, in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006).

45 Karl G. Ballestrem, “Totalitarianism in Eastern Europe and its Consequences: A Theoretical Perspective”, in *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coord. Hans Maier (Milton Keynes, Routledge, 2004).

pelos clássicos, de evolução, válida para os casos comunistas, para um sub-tipo de regime “pós-totalitário” – corpos analíticos, frise-se, expressamente afirmados como inexistentes, pelo menos numa acepção mais que cientificamente rudimentar ou intuitiva, à data⁴⁶.

As seguintes palavras de Juan Linz, além de lapidares, não podiam ser mais ilustrativas do tipo de postura em causa:

Uma limitação séria das principais definições de totalitarismo consiste no carácter estático e rígido dessas conceptualizações, que ignoram o elemento dinâmico...e, portanto, a questão dos estádios, fases e graus de totalitarismo. Um dos temas centrais na agenda de investigação futura sobre o totalitarismo terá que ser, então, a mudança no seio e a partir dos sistemas totalitários⁴⁷.

Conclusão

Respondendo directamente à nossa questão de partida, o diagnóstico extraordinariamente negativo sobre o trabalho dos teóricos clássicos do totalitarismo de que as palavras de David D. Roberts, que começámos por citar, dão paradigmático testemunho, sobreveio e enformou-se ao cabo da decana trajectória supra-mapeada, envolvendo contrição e acomodação sistemáticas, ao invés de furor polémico, que gerações sucessivas de neo-apologistas da categoria totalitarismo optaram por protagonizar face aos ataques dos críticos dessa categoria.

46 Para uma panorâmica da reacção típica dos neo-apologistas à terceira grande crítica, ver: Gleason, *Totalitarianism*, 167-210; Jens Petersen, “The Concept of Totalitarianism in Italian Culture After 1945”, in *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coord. Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer (Nova Iorque: Berghahn Books, 2006), 543-550.

47 Tradução nossa adaptada do original em inglês: “A serious limitation of some of the definitions of totalitarianism [including Arendt’s and Friedrich and Brzezinski’s] has been the static and rigid character of many of the conceptualizations, which ignored the dynamic element, the tensions inherent in the ideal and almost normative models, the resistance that societies offer to the full development of the totalitarian system, and therefore the stages, phases, degrees, of totalitarianism. A central theme [hitherto lacking] on the agenda of the study of totalitarianism has to be the study of change in and of them”. Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*, 132-133.

Muito ironicamente, o género de visão condescendente do passado da área de estudos do totalitarismo hoje veiculado pelos principais candidatos a teóricos do totalitarismo – como os já citados Emilio Gentile, Michael Geyer e David D. Roberts – coincide quase inteiramente com a propaganda por historiadores especializados nos principais casos histórico-concretos associados ao fenómeno, como John Keep⁴⁸ (União Soviética), R. J. B. Bosworth⁴⁹ (Itália Fascista), ou Ian Kershaw⁵⁰ (Alemanha Nazi), corrosivamente cépticos em relação à pertinência *tout court*, ou pelo menos quanto à utilidade actual, da insistência na própria categoria totalitarismo. Segundo uns e outros, não haveria muito a discutir sobre o assunto depois de cinco décadas de debate em torno do assunto terem “demonstrado” que os clássicos nunca chegaram a produzir mais que um “ponto de referência sugestivo” permitente de uma *primeira e rudimentar* orientação por entre o material empírico associado ao fenómeno do totalitarismo.

Será? Será que os clássicos equivaleram mesmo as aspirações comunista e “fascista”, se ficaram pelas intenções e a propaganda em detrimento do impacto real das políticas dos líderes com pretensões totalitárias, e ignoraram as dinâmicas e possibilidades de mudança no seio e para lá dos regimes totalitários? Ou será que muito do que, quer pela mão dos neo-apologistas que continuam a insistir na comparação (para quem a construção de uma “verdadeira e completa teoria do totalitarismo” é tão possível e desejável como inédita), quer pela mão dos críticos que se focam em casos isolados (para quem está em causa uma empresa impossível ou perfunctória), mais recentemente tem passado por rompimento com esse alegado cânone, não anda muito longe de, *sit venia verbo*, “vinho (teorético-totalitário) velho em garrafas novas”? Para o descobrir, seria necessário fazer aquilo que há muito passou de moda: regressar aos autores e textos clássicos – por exemplo, Sigmund

48 John Keep, “Part II: Wrestling with Revisionism: Recent Western Writing on Stalinism”, in *Stalinism: Russian and Western Views at the Turn of the Millennium*, coord. Alter Litvin & John Keep (Milton Park: Routledge, 2005), 97-99.

49 Bosworth, *The Italian Dictatorship*, 31-32, 107-108.

50 Kershaw, *The Nazi Dictatorship*, 29, 31-34.

Neumann⁵¹, Claude Lefort⁵², Hannah Arendt⁵³, Jacob Talmon⁵⁴, ou Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski⁵⁵ – levando-os a sério, à partida, como potenciais “verdadeiros e completos teóricos do totalitarismo”. Tendo em conta a veemência e o sucesso das críticas que lhes foram dirigidas ao longo de cinquenta longos anos, talvez os resultados surpreendessem.

51 Neumann, *Permanent Revolution*.

52 Claude Lefort, *The Political Forms of Modern Society: Bureaucracy, Democracy, Totalitarianism* (Cambridge: MIT Press, 1986 [1948-1981]).

53 Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo* (Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2008 [1951]).

54 Jacob L. Talmon, *The Origins of Totalitarian Democracy* (Londres: Mercury Books, 1961 [1952]).

55 Friedrich & Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*.

BIBLIOGRAFIA

Ackermann, Ulrike. "Totalitarian Attempts, Anti-Totalitarian Networks: Thoughts on the Taboo of Comparison". In *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coordenado por Helmut Dubiel & Gabriel Motzkin, 169-181. Milton Park: Routledge, 2004.

Allen, William S. "Totalitarianism: The Concept and the Reality". In *Totalitarianism Reconsidered*, coordenado por Ernest A. Menze, 98-106. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Alfragide: Dom Quixote, 2008 [1951].

Aron, Raymond. *Democracy and Totalitarianism*. Londres: Widenfeld and Nicolson, 1968.

Ballestrem, Karl G. "Totalitarianism in Eastern Europe and its Consequences: A Theoretical Perspective." In *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coordenado por Hans Maier, 216-223. Milton Keynes, Routledge, 2004.

Ben-Ghiat, Ruth. "A Lesser Evil?" In *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coordenado por Helmut Dubiel & Gabriel Motzkin, 137-153. Milton Park: Routledge, 2004.

Borejsza, Jerzy. "Italian Fascism, Nazism and Stalinism: Three Forms of Totalitarianism from a Twenty-first-century Perspective". In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 3-22. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Bosworth, Richard. *The Italian Dictatorship: Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism*. Londres: Arnold, 1998.

Boyer, Cristoph. "Stabilisation of Power through Social and Consumer Policy in the GDR". In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 209-227. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Bracher, Karl Dietrich. "Terrorism and Totalitarianism". In *Totalitarianism Reconsidered*, coordenado por Ernest A. Menze, 108-119. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Caplan, Jane. "Introduction". In *Nazi Germany*, coordenado por Jane Caplan, 1-25. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Cohen, Stephen F. "Bolshevism and Stalinism". In *Totalitarianism Reconsidered*, coordenado por Ernest A. Menze, 59-80. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Crampton, Richard J. *The Balkans Since the Second World War*. Harlow: Longman, 2002.

Fitzpatrick, Sheila. "Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times". In *Stalinism*, coordenado por David L. Hoffmann, 164-177. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Flores, Marcello. "History and Memory: The Perception of Totalitarianism in Italy in a Comparative Perspective". In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 70-79. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Frei, Norbert. "From Policy to Memory: How the Federal Republic of Germany Dealt With the Nazi Legacy." In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 481-489. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Friedrich, Carl J. & Brzezinski, Zbigniew. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1961 [1956].

Furet, François. "Such is the Melancholy Backdrop of This Century's End." In *Fascism & Communism*, coordenado por François Furet & Ernst Nolte, 81-86. Lincoln: University of Nebraska Press, 2004.

Gentile, Emilio. "Fascism, Totalitarianism and Political Religion: Definitions and Critical Reflections on Criticism of an Interpretation". In *Fascism, Totalitarianism and Political Religion*, coordenado por Roger Griffin, 32-81. Milton Park: Routledge, 2005.

Geyer, Michael & Fitzpatrick, Sheila. "Introduction: After Totalitarianism – Stalinism and Nazism Compared." In *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*, coordenado por Michael Geyer & Sheila Fitzpatrick, 1-40. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009.

Gleason, Abbott, *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995

Gregor, A. James. "'Totalitarianism' Revisited". In *Totalitarianism Reconsidered*, coordenado por Ernest A. Menze, 131-145. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Groth, Alexander J. "The 'isms' in Totalitarianism". *The American Political Science Review* 58, n.º 4 (1964): 888-901.

Hayek, Friedrich. *The Road to Serfdom*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994 [1944].

Hoffmann, David L. "Everyday Stalinism: Ordinary Life in Extraordinary Times: Editor's Introduction". In *Stalinism*, coordenado por David L. Hoffmann, 161-162. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Hoffmann, David L. "Introduction". In *Stalinism*, coordenado por David L. Hoffmann, 1-7. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Izdebski, Hubert. "Poland After 1945 and After 1989: Problems of Law Making". In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 438-448. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Keep, John. "Part II: Wrestling with Revisionism: Recent Western Writing on Stalinism". In *Stalinism: Russian and Western Views at the Turn of the Millennium*, coordenado por Alter Litvin & John Keep, 89-221. Milton Park: Routledge, 2005.

Kershaw, Ian. *The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation*. Great Britain: Edward Arnold, 1994.

Lefort, Claude. *The Political Forms of Modern Society: Bureaucracy, Democracy, Totalitarianism*. Cambridge: MIT Press, 1986 [1948-1981].

Lewin, Moshe. "Grappling With Stalinism". In *Stalinism*, coordenado por David L. Hoffmann, 39. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Linz, Juan J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes: With a Major New Introduction*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000 [1975].

Löwenthal, Richard. "Totalitarianism and After in Communist Party Regimes." In *Totalitarian Democracy and After*, coordenado por Yehoshua Arieli & Nathan Rotenstreich, 262-322. Londres: Frank Cass Publishers, 2002.

Lukacs, John. *The Hitler of History*. Nova Iorque: Vintage Books, 1998.

Maier, Hans, "On the Interpretation of Totalitarian Rule 1919-89." In *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coordenado por Hans Maier, 3-21. Milton Keynes: Routledge, 2007.

Maier, Hans. "Concepts for the Comparison of Dictatorships: "Totalitarianism" and "Political Religions". In *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coordinado por Hans Maier, 199-215. Milton Keynes, Routledge, 2004.

Mandt, Hella. "The Classical Understanding: Tyranny and Despotism". In *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coordinado por Hans Maier, 25-100. Milton Keynes: Routledge, 2007.

Moeller, Robert G. "The Third Reich in Post-war German Memory". In *Nazi Germany*, coordinado por Jane Caplan. Oxford, 246-266: Oxford University Press, 2008.

Mommsen, Hans. "Accomplishments and Limitations of the Totalitarianism Theory: Applicability to the National Socialism Dictatorship". In *Totalitarianism and Political Religions: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Volume 1*, coordinado por Hans Maier, 253-261. Milton Keynes, Routledge, 2004.

Mommsen, Hans. "The Concept of Totalitarian Dictatorship vs. the Comparative Theory of Fascism: The Case of National Socialism". In *Totalitarianism Reconsidered*, coordinado por Ernest A. Menze, 147-166. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Naimark, Norman. "The Sovietization of Eastern Europe, 1944-1953". In *The Cambridge History of the Cold War: Volume I: Origins*, coordinado por Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad, 175-197. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010.

Neumann, Sigmund. *Permanent Revolution: Totalitarianism in the Age of International Civil War*. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1965 [1942].

Nolte, Ernst. "Despotism – Totalitarianism – Freedom-oriented Society." In *Totalitarianism Reconsidered*, coordinado por Ernest A. Menze, 168-178. Port Washington: Kennikat Press Corp, 1981.

Petersen, Jens. "The Concept of Totalitarianism in Italian Culture After 1945." In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordinado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 541-553. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Rigby, Thomas H. "Stalinism and the Mono-organizational Society." In *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, coordinado por Robert C. Tucker, 53-76. Nova Iorque: W. W. Norton, 1977.

Roberts, David D., *The Totalitarian Experiment in Twentieth-century Europe: Understanding the Poverty of Great Politics*. Milton Park: Routledge, 2015.

Roberts, David D. *Totalitarianism*. Croydon: Polity Press, 2020.

Schapiro, Leonard. *Totalitarianism*. Hong Kong: The Macmillan Press, 1981.

Schieder, Wolfgang. "The Historian's Approach to Germany's National Socialist Past". In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordinado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 139-157. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Seitschenk, Hans Otto. "The Interpretation of Totalitarianism as Religion." In *Totalitarianism and Political Religions, Volume III: Concepts for the Comparison of Dictatorships: Theory and History of Interpretation*, coordinado por Hans Maier, 121-163. Milton Keynes: Routledge, 2007.

Talmon, Jacob L. *The Origins of Totalitarian Democracy*. Londres: Mercury Books, 1961 [1952].

Todorov, Tzvetan. "The Uses and Abuses of Comparison". In *The Lesser Evil: Moral Approaches to Genocide Practices*, coordinado por Helmut Dubiel & Gabriel Motzkin, 25-34. Milton Park: Routledge, 2004.

Tucker, Robert C. “Stalinism and Comparative Communism”. In *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*, coordenado por Robert C. Tucker, xi-xx. Nova Iorque: W. W. Norton, 1977.

Walzer, Michael. “Totalitarianism and Tyranny”. In *Totalitarian Democracy and After*, coordenado por Yehoshua Arieli & Nathan Rotenstreich, 183-192. Londres: Frank Cass Publishers, 2002.

Wieviorka, Olivier. “The Strange Paradox: Vichy After Vichy”. In *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe: Legacies and Lessons from the Twentieth Century*, coordenado por Jerzy Borejsza & Klaus Ziemer, 384-395. Nova Iorque: Berghahn Books, 2006.

Zitelmann, Rainer. *Hitler: The Policies of Seduction*. Londres: London House, 2000.

Referência para citação:

Varajidás, Henrique. “Fogo cruzado sobre os clássicos: Revisitando cinquenta anos de polémica em torno da categoria totalitarismo (1960-2010)”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 13 (2021): 187-213.